



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional  
Criminal e da Execução Penal

**BOLETIM**

**INFORMATIVO**

✉ [cao.criminal@mpmt.mp.br](mailto:cao.criminal@mpmt.mp.br)

Cuiabá/MT, 25 de fevereiro de 2021

Edição nº 2

**Informativo da área Criminal e da  
área da Execução Penal**

Imagem: JusBrasil  
Layout: Canva .com

## SUMÁRIO

- **Novidades Legislativas**
- **Tribunais Superiores**
- **Conselhos Superiores**
- **Atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e de outros Ministérios Públicos**
- **Atuação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e de outros Tribunais de Justiça**
- **Informativos**
- **Artigos**

## EQUIPE

**Josane Fátima de Carvalho Guariente** – Promotora de Justiça - Coordenadora

**Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso** – Promotora de Justiça - Colaboradora

**Arivaldo Guimarães da Costa Junior** - Promotor de Justiça - Colaborador

**Natacha de Souza Ayesh** – Assistente Ministerial

**Emanuelle Rezende Rosa Campos** – Auxiliar Ministerial



# Novidades Legislativas

- Projeto define crime de pedofilia no Código Penal. Clique [aqui](#)
- Projeto revoga possibilidades de redução do prazo de prescrição da pena. Clique [aqui](#)
- Projeto altera Código Penal para aumentar tempo de prisão por crimes de estupro. Clique [aqui](#)
- Projeto, que inclui discriminação como agravante em crimes, aguarda votação da Câmara. Clique [aqui](#)
- Projeto altera Lei dos Crimes Hediondos para tornar mais claro o enquadramento de sequestro relâmpago. Clique [aqui](#)
- Projeto inclui o crime de domínio de cidade no Código Penal. Clique [aqui](#)

## Novidades Covid-19

- Projeto pune condutas de “furar fila” da vacinação e desviar vacinas. Clique [aqui](#)
- Projeto cria regime diferenciado para crime de roubo ou falsificação de vacina contra Covid-19. Clique [aqui](#)
- Proposta pune com prisão e multa a propagação de notícias falsas sobre vacinas. Clique [aqui](#)
- Projeto aumenta pena para destruição, inutilização ou deterioração de vacina. Clique [aqui](#)

Imagem: Getty Image

# Tribunais Superiores

## STF

- Negado Habeas Corpus coletivo contra suspensão da implementação do juiz de garantias. Clique [aqui](#)
- Preventiva é incompatível com regime inicial semiaberto, decide Rosa Weber. Clique [aqui](#)
- Princípio da insignificância se aplica mesmo em caso de reincidência do réu. Clique [aqui](#)
- STF julgará em março pena para importação de medicamentos sem registro. Clique [aqui](#)
- Para MPF, retroatividade do ANPP não pode ocorrer se já há coisa julgada. Clique [aqui](#)

## STJ

- Terceira Seção revisa tese e define que o não pagamento de multa impede reconhecimento de extinção de punibilidade. Clique [aqui](#)
- Ações penais em curso podem ser utilizadas para avaliar a habitualidade na prática criminosa. Clique [aqui](#)
- Dados de agenda telefônica em celular não estão abarcados pela proteção constitucional de sigilo. Clique [aqui](#)
- STJ define quando cabe o trancamento da ação penal em HC, por falta de justa causa ou por inépcia. Clique [aqui](#)

- Terceira Seção vai fixar tese sobre uso de condenações passadas no cálculo da pena. Clique [aqui](#)
- Porte de arma branca configura prática de infração penal. Clique [aqui](#)
- É possível condenação por tráfico mesmo sem laudo definitivo. Clique [aqui](#)
- Sexta Turma afasta natureza hedionda de porte de arma de uso permitido com numeração raspada. Clique [aqui](#)
- STJ revoga prisão após reconhecimento por fotografia feito por WhatsApp. Clique [aqui](#)
- STJ determina nulidade de processo após reconhecer ilicitude de prova. Clique [aqui](#)
- Autorização do proprietário do imóvel não valida invasão de domicílio. Clique [aqui](#)
- É impossível a desclassificação do estupro para importunação sexual. Clique [aqui](#)
- Direito à visita não é absoluto e pode ser mitigado. Clique [aqui](#)

Clique [aqui](#)

### Lei Anticrime: a interpretação do Superior Tribunal de Justiça

Endurecimento legal

Progressão prisional

Ex officio

Contemporaneidade

Não persecução penal

Livramento condicional

Tráfico privilegiado

Estelionato

Revisão periódica

# Conselhos Nacionais

## CNMP

- **Conselheiro apresenta proposta que institui o Banco Nacional de Monitoramento dos Crimes Violentos Letais Intencionais. Clique [aqui](#)**
  - **Programa aborda projeto que destina celulares apreendidos a estudantes da rede pública. Clique [aqui](#)**
- **“Os membros do MP têm que estar atentos com a formação das provas para evitar possíveis nulidades”, diz promotor de Justiça do MP/MS. Clique [aqui](#)**
  - **“O acordo de não persecução penal é importante para dar uma resposta quase imediata aos crimes de menor gravidade”, diz promotor do MP/PR. Clique [aqui](#)**

## CNJ

- **Consulta pública institucional subsidiará CNJ na regulamentação da transferência de presos. Clique [aqui](#)**
  - **Painel apresenta dados integrados sobre execução penal. Clique [aqui](#)**
- **Projeto do CNJ consolida Rede Justiça Restaurativa em dez tribunais. Clique [aqui](#)**

# Atuação Institucional

## MPMT

- MPMT recorre ao TJ para aumentar pena aplicada a réus em Rondonópolis. Clique [aqui](#)
- Promotor de Justiça de Mato Grosso integra banca de doutorado na área de Direito Penal. Clique [aqui](#)
- MPMT vai recorrer de decisão que indeferiu pedido de bloqueio de bens. Clique [aqui](#)
- Alvo do Gaeco, integrante do Comando Vermelho em Barra do Garças é preso em Goiás. Clique [aqui](#)

## Outros Ministérios Públicos

### MPCE

- MPCE celebra acordos com pessoas que apresentaram informações falsas ao solicitar auxílio emergencial em Barreira. Clique [aqui](#)

### MPPI

- MPPI expede recomendação ao Secretário Estadual de Segurança Pública e à Polícia Civil para que seja assegurada a estruturação e o funcionamento regular da Central de Flagrantes de Picos. Clique [aqui](#)

## MPAP

- MP-AP e Polícia Federal firmam Acordo de Cooperação Técnica para integração dos sistemas de informações criminais. Clique [aqui](#)

## MPSE

- Delitos de Trânsito - MP realiza mutirões de audiências extrajudiciais para celebração de Acordos de Não Persecução Penal. Clique [aqui](#)

## MPMG

- MPMG divulga dados sobre crimes praticados por presos liberados durante o período da pandemia da Covid-19 em 2020. Clique [aqui](#)

## MPPR

- MPPR adota práticas restaurativas para solução de conflitos penais. Clique [aqui](#)

## MPSP

- Nota técnica aborda cadeia de custódia para material recolhido em investigações. Clique [aqui](#)  
[Leia a Nota Técnica clicando aqui](#)

## MPRS

- Promotoria de Justiça de Sapiiranga firma Cooperação com Polícia Civil para atendimento a vítimas de crimes violentos. Clique [aqui](#)

# Atuação dos Tribunais de Justiça

## TJMT

- Desembargador suspende em definitivo alvará de soltura de preso denunciado por crime de organização. Clique [aqui](#)

## TJPA

- Cadastro nacional vai monitorar presos. Clique [aqui](#)

## TJMA

- Judiciário de Pedreiras prorroga prisão domiciliar temporária de apenados. Clique [aqui](#)

## TJPI

- 93,5% dos detentos encaminhados para prisão domiciliar no Piauí em razão da COVID-19 não cometeram crimes. Clique [aqui](#)

## TJCE

- Programa “Fazendo Justiça” amplia ações de fortalecimento no sistema penal e socioeducativo no Ceará. Clique [aqui](#)

## TJRN

- Prazo de reanálise de prisão não é apenas cálculo', define Criminal. Clique [aqui](#)

## TJAL

- Escritório Social promove inclusão social para egressos do sistema prisional. Clique [aqui](#)

## TJSE

- Egressos do sistema prisional recebem cartões de tíquete-alimentação. Clique [aqui](#)

## TJMS

- Parceria com o TJMS inaugura oportunidade de trabalho para presos. Clique [aqui](#)



Imagem: Canva

# Informativos

STF

## INFORMATIVO 1004

### DIREITO PROCESSUAL PENAL - COMPETÊNCIA JURISDICIONAL

Tema: Competência para homologação de acordo de colaboração premiada

- A ação de Habeas Corpus deve ser admitida para atacar atos judiciais que acarretem impacto relevante à esfera de direitos de imputados criminalmente.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

STJ

## INFORMATIVO 684

### DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tema: Serviços de comunicação. Criptografia de ponta a ponta. Quebra de sigilo de dados. Decisão judicial. Descumprimento. Impossibilidade técnica. Astreintes. Ilegalidade.

- É ilegal a aplicação de astreintes, por descumprimento de decisão judicial de quebra de sigilo de dados, em virtude da impossibilidade técnica pelo emprego de criptografia de ponta a ponta.

## DIREITO PENAL

**Tema:** Dosimetria da pena. Majorantes sobejantes. Patamar fixo ou variável. Valoração em outra fase. Possibilidade. Princípio da individualização da pena.

- O deslocamento da majorante sobejante para outra fase da dosimetria, além de não contrariar o sistema trifásico, é a que melhor se coaduna com o princípio da individualização da pena.

## DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL

**Tema:** Execução Penal. Crime de porte ou posse de arma de fogo de uso permitido com numeração suprimida. Art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003. Natureza hedionda do de-lito. Afastamento.

- O crime de posse ou porte de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado não integra o rol dos crimes hediondos.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**Tema:** Inquérito Policial. Reconhecimento fotográfico de pessoa. Inobservância do procedimento previsto no art. 226 do CPP. Prova inválida como fundamento para condenação. Necessidade de evitar erros judiciários.

- O reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquérito policial, apenas é apto, para identificar o réu e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 do Código de Processo Penal e quando corroborado por outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).



## O sistema acusatório e a nova interpretação do CPP

Autor: Pedro Magalhães

Com a entrada em vigor da Lei Anticrime, nosso sistema processual penal passou a ser expressamente acusatório, exigindo, assim, uma nova interpretação de todo o CPP. Para melhor compreensão das mudanças que a Lei Anticrime trouxe para o capítulo do CPP voltado para as medidas cautelares, é importante analisar o impacto causado pelo reconhecimento de que o nosso sistema processual penal é acusatório, eis que as principais mudanças trazidas pela Lei Anticrime no quesito prisão preventiva estão diretamente relacionadas ao fato de termos um sistema processual acusatório (mesmo que ainda bem tímido). Leia o artigo completo clicando [aqui](#).



## A prisão cautelar não pode ser mais rígida do que uma prisão-pena!

Autora: Gina Ribeiro Gonçalves Muniz

Nos autos do HC 196.062/SP, julgado em 22/1/2021, a ministra Rosa Weber, da Suprema Corte, decidiu, de ofício, pela revogação da prisão preventiva de um condenado a cumprir pena em regime inicial semiaberto, a quem foi negado o direito de recorrer em liberdade.

A decisão da ministra Weber não reflete uma posição isolada na Suprema Corte. Em diversos precedentes do STF, registrou-se que a manutenção da prisão preventiva é incompatível com o regime inicial semiaberto fixado no édito condenatório; não obstante, o referido entendimento ainda não reflete a jurisprudência de diversos tribunais brasileiros, inclusive do STJ (RHC 98.469/MG e RHC nº 99.818/RJ). Leia o artigo completo clicando [aqui](#).





**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Centro de Apoio Operacional Criminal  
e da Execução Penal**